

Políticas Públicas Prisionais de Caráter Privado: A Condução da Ressocialização de Recuperandos por uma Associação no Sul de Minas Gerais

Public policy prison private character: the rehabilitees resocialization conduction by an association in state of Minas Gerais

João Francisco Sarno Carvalho¹, Carlos Alberto Máximo Pimenta¹, João Leandro Cássio de Oliveira², Érica Aline Ferreira Silva³.

¹Universidade Federal de Itajubá – Unifei. Itajubá, Minas Gerais, Brasil.

²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais. Almenara, Minas Gerais, Brasil

³Universidade Federal de Lavras – UFLA. Lavras, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Este artigo aborda o tema do desenvolvimento para além do campo econômico, proporcionando uma relação com os campos sociais e considerando as ampliações de liberdades substantivas, bem como os ganhos de cidadania. Trata-se das abordagens de ressocialização de recuperandos realizadas pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) situada no município de Pouso Alegre, Minas Gerais. O estudo justifica-se frente ao crescimento do espaço público não-estatal na gestão de políticas e, sobretudo, naquelas voltadas para as questões prisionais no Brasil. O objetivo, de modo geral, é apreender qual o significado dado pelos atores sociais envolvidos acerca das políticas públicas desenvolvidas na unidade da APAC em Pouso Alegre. A construção metodológica baseou-se em uma revisão bibliográfica e no método etnográfico. Como forma de aproximar da unidade estudada, os pesquisadores utilizaram a observação participante. Do ponto de vista da coleta dos dados, a pesquisa apropriou-se de instrumentos da antropologia, tais como: observação participante, registro de caderno de campo, identificação das alteridades, dentre outros meios. O tratamento do material atentou para os cuidados epistemológicos e ético-metodológicos. Como resultado, pode-se afirmar que, a partir da opinião dos atores sociais envolvidos, existem diferenças entre as políticas públicas prisionais geridas pelo terceiro setor e pelo Estado quando se abordam os métodos e técnicas de ressocialização. Por fim, embora estejam em conformidade com as legislações vigentes no Brasil, essas políticas baseiam-se na lógica da eficiência gerencial e nas motivações religiosas como as identificadas nas técnicas de ressocialização.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Políticas Públicas. Ressocialização. APAC.

Autor correspondente:

João Francisco Sarno Carvalho

Endereço: Rua Oswaldo Cruz, 163, Bairro Varginha.

Itajubá, MG - Brasil

Telefone: +55 35 99108 5452

E-mail: jfsarcar@gmail.com

Recebido em: 26/08/2016

Revisado em: 09/10/2016

Aceito em: 11/10/2016

Publicado em: 07/12/2016

Abstract

This article addresses the issue of development beyond the economic field, providing a relationship with the social fields and considering the expansion of substantive freedoms and citizenship gains. These are the approaches of resocialization rehabilitates conducted by Protection Association and Assistance to Convicts (APAC) located in the city of Pouso Alegre, Minas Gerais. The study is justified against the growth of public space nonstate in policy management and especially those focused on prison issues in Brazil. The goal, in general, is to grasp the meaning given by the social actors about the public policies developed in the unit APAC in Pouso Alegre. The methodological construction was based on a literature review and ethnographic method. As a way to approach the unit study, the researchers used the participant observation. From the point of view of data collection research appropriated anthropology instruments, such as participant observation, field notes record, identification of otherness, among other means. The treatment of the material looked for epistemological and ethical and methodological care. As a result, it can be said that from the view of the social actors involved, there are differences between the prison public policies managed by the third sector and the state when addressing the methods and rehabilitation techniques. Finally, albeit in compliance with the laws in force in Brazil, these policies are based on the logic of managerial efficiency and religious motivations as identified in the rehabilitation techniques.

Keywords: Development. Public Policy. Resocialization. APAC.

Introdução

A proposta enfoca a temática do desenvolvimento para além das perspectivas de crescimento econômico. Perpassa pela abordagem do desenvolvimento como promotor de ganhos sociais e de cidadania. Trata-se de um esforço coletivo em contribuir na consolidação de produções acadêmicas voltadas ao fomento do desenvolvimento, em seus diferentes rumos, para além de suas vertentes econômicas.

A partir de estudos já realizados¹, questionam-se as *Novas Tendências do Desenvolvimento* em que as diferentes vertentes que o tema pode ser abordado na sociedade industrial são postas à reflexão quando se chega à conclusão de que o crescimento econômico não solucionou todos os problemas de ordem ambiental e social que circundam a sociedade.

O esforço visa a refutar o tema desenvolvimento dentro dos conceitos normatizadores e meramente econômicos, estes consolidados na lógica da sociedade industrial. Busca, portanto, fortalecer as interfaces que evidenciam o desenvolvimento social e ambiental, entendendo ambiente enquanto espaços de relações sociais e de sociabilidade. É permitido também o entendimento de outros elementos aparentemente distantes da lógica econômica: o processo de ressocialização de condenados desencadeado pelo trabalho de uma associação. Dessa forma, promover uma leitura da realidade da associação APAC inserida em Pouso Alegre (APAC-PA), sul de Minas Gerais, faz-se pertinente.

Nesse cenário, emerge o seguinte problema de pesquisa: Qual significado é atribuído pelos atores

sociais envolvidos no trabalho de ressocialização desencadeado pela APAC? Esse problema pode ser analisado por meio da construção metodológica em documentos da instituição e ferramentas antropológicas, como, por exemplo, a observação participante em um dos componentes do método APAC de ressocialização, a Jornada de Libertação com Cristo.

Assim, objetiva-se, de modo geral, apreender qual o significado dado pelos atores sociais envolvidos acerca das políticas públicas desenvolvidas na unidade da APAC em Pouso Alegre. De forma específica, este trabalho visa a identificar os significados atribuídos pelos atores envolvidos no processo de ressocialização – agentes e presos, ao método utilizado, bem como compreender os procedimentos jurídico-políticos de valorização do método utilizado pela APAC-PA, atingindo as diferentes nuances de políticas públicas prisionais, esta de caráter privado.

Para cumprir a proposta de identificar os significados atribuídos pelos atores envolvidos com o processo de ressocialização, utilizou-se dos instrumentos de coleta de dados, observação e registro em caderno de campo, bem como os diálogos informais, com a pretensão de capturar, de forma espontânea, o que está por dentro das técnicas de ressocialização. Já para galgar o objetivo de compreender os procedimentos jurídico-políticos de valorização do método utilizado pela APAC-PA em diferentes nuances de políticas públicas, buscou-se realizar leitura específica da área e leitura e

entendimento de documentos oficiais da instituição.

Na sistematização dos dados, a partir da opinião dos atores sociais envolvidos, existem diferenças entre as políticas públicas prisionais geridas pelo terceiro setor e pelo Estado quando se abordam os métodos e técnicas de ressocialização. Entretanto, embora estejam em conformidade com as legislações vigentes no Brasil, as políticas públicas prisionais geridas pelo terceiro setor baseiam-se na lógica da eficiência gerencial e motivações religiosas como nessas técnicas de ressocialização.

Metodologia

Em um primeiro momento, o grupo de pesquisadores optou por realizar uma etnografia para a condução da pesquisa. A etnografia seria conduzida nos moldes clássicos, em que os pesquisadores vivenciariam as situações de presos da APAC-PA ou de frequentar, semanalmente, durante o segundo semestre de 2014 e o ano de 2015, a unidade para, na condição de “nativo”, coletar as observações necessárias que o campo forneceria. Essas possibilidades foram descartadas em face das próprias características do sistema prisional e das exigências de prazo de cumprimento do projeto de pesquisa.

A etnografia necessita de um ritmo descontínuo de visitas curtas em um longo período de tempo. A técnica etnográfica de pesquisa objetiva-se na descrição das sociedades humanas e depende de contato com o objeto de pesquisa para realizar observação, análise e reconstituição².

Além disso, a etnografia exige a pesquisa exaustiva³, o que também inviabiliza a sua aplicação para este estudo. Frente a tais informações, a saída foi insistir na opção da aproximação com a direção da unidade e, por meio desta, utilizar o instrumento de coleta de dados qualitativa da antropologia: a observação participante. As atividades da observação seriam aquelas que tivessem aberturas para tanto.

A observação participante permitiu galgar-se no ideal de aproximação entre os sujeitos da pesquisa: atores sociais envolvidos com o trabalho de ressocialização desenvolvido na APAC e os pesquisadores. Poder conviver nas atividades do ambiente prisional de modo a observar e participar das realizações ocorridas na Jornada de Libertação com Cristo mostrou-se como uma oportunidade única de se inserir no ambiente em que se está estudando.

A pesquisa foi efetuada por meio de inserção no Centro de Reintegração Social Dr. Mário Otoboni, unidade APAC-PA (Pouso Alegre), mediante autorização por escrito da direção da unidade para visitas e utilização dos dados coletados.

Nos meses de junho, julho e agosto de 2014, foram realizadas visitas na unidade e participação na Jornada de Libertação com Cristo, ocorrida de 21 a 24 de agosto de 2014. No ano de 2015, em face da necessidade de informações adicionais, houve retorno

na unidade para novas observações e questionamentos informais com a direção da casa, por duas oportunidades nos meses de junho e agosto.

Nesse contexto, desconsideraram-se as demais unidades existentes da APAC no Brasil e em Minas Gerais e a outra unidade da APAC existente em Pouso Alegre (MG) destinada a atender detentas (APAC-Feminina), bem como os presídios mantidos pela subsecretaria de administração prisional do Estado de Minas Gerais.

Durante a jornada de campo, em observação participante, os pesquisadores se caracterizaram como voluntários e, durante a jornada, tiveram as mesmas condições dos recuperandos em regime aberto. Na condição de recuperandos, o quarto de dormir ou as acomodações dos participantes externos foram as celas, semelhantes às celas dos detentos.

A disposição da unidade prisional da APAC-PA é semelhante às prisões brasileiras, contendo celas gradeadas. Porém, aparentavam-se limpas, arejadas e organizadas, sem a presença de agentes penitenciários. As camas, no formato de beliche, eram de alvenaria e confortáveis, dentro daquela lógica e arquitetura. Nessa ambiência, passaram-se quatro dias de intensa atividade, em que as falas capturadas eram carregadas de sentimentos, sofrimentos, dores, dramas, arrependimentos, verdades e mentiras.

A observação direta foi registrada em caderno de pesquisa de campo, no âmbito de visualização das dimensões simbólicas e da produção dos sentidos no interior daquele *lôcus* de relação. Foi o caso das imersões em campo com maiores frequências e em maiores quantidades de tempo.

Conforme dito anteriormente, o grupo de pesquisadores se fez membro da jornada e participou do encontro assumindo o papel de dirigentes voluntários, que se responsabiliza em acompanhar os recuperandos após cada palestra e estimulá-los ao debate dos temas proferidos anteriormente. Realizou-se o movimento da observação participante, na qual o pesquisador se infiltra no meio buscando conhecer mais sobre o objeto e a sua participação é de comum acordo entre os envolvidos⁴.

Esclarece que as participações como voluntário na jornada aconteceram, exclusivamente, para que os recuperandos e os participantes da jornada não desenvolvessem o estranhamento com os pesquisadores no ambiente carcerário. Após as atividades da jornada, os pesquisadores saem de campo e retomam os seus papéis em que passam a elaborar os registros de campo dentro de cuidados metodológicos e éticos, buscando ao máximo preservar o bom uso das informações coletadas.

A observação foi realizada com intervenções dos pesquisadores para alimentar e promover o diálogo, mas nunca houve a intenção de se induzir respostas ou conduzir o rumo da conversa. A

proposta inicial foi de que se deixasse falar de modo natural, descontraído. Não houve preocupação com exageros nas falas e por isso não foi realizado registro de falas com gravador ou câmera, mas em caderno de campo. Entretanto, o que se buscou sintetizar foi a dinâmica do método ressocializador a partir do viés dos atores envolvidos na Jornada de Libertação com Cristo.

Cabe ressaltar que este estudo tem caráter interdisciplinar, evidenciado na metodologia aplicada e na abordagem. Nesse cenário “[...], mostram que existem outras questões, outras problemáticas, que não emergem da própria dinâmica das disciplinas, mas nascem das interrogações formuladas pelas sociedades”⁵. Para eles, essas questões a serem investigadas são “[...] necessidades de conhecimento que não podem ser identificadas e problematizadas apenas por um olhar científico”⁵. O tema estudado impõe um olhar interdisciplinar, a construção com essa característica não pode ser feita “seguindo meramente algumas ‘receitas metodológicas’”⁵.

Do ponto de vista da coleta dos dados, apropriou-se da utilização dos instrumentos da antropologia, tais como: observação participante, registro de caderno de campo, identificação das alteridades e estranhamentos presentes no processo de ressocialização e as produções de sentidos verbalizados pelos envolvidos neste processo. Do ponto de vista da análise dos dados, faz-se uso das indicações no texto “Compreender”⁶. Nele, são apresentados os cuidados que o pesquisador precisa ter na condição de sujeito pesquisador e pesquisa, conforme pistas para maneiras de aproveitar as informações de campo, as quais esta pesquisa segue e adota⁶.

As escolhas e os critérios de análise aproximaram-se da sugestão do “Compreender”, contida no livro “A Miséria do Mundo”⁶. Para além dos cuidados epistemológicos, ressalta o cuidado ético-metodológico no tratamento do material coletado, uma vez que se privilegiou evitar a relação determinada pela suposta superioridade entre pesquisador e pesquisado, sobretudo quando se tem o que o autor chama de “dissimetria social”. Num ambiente hostil, evitar discrepância de comunicação faz com que o pesquisador reveja prováveis posições sociais, morais, psicológicas e simbólicas de superioridade sobre o pesquisado. Equivale afirmar que os registros das falas foram feitos durante a noite, distante de qualquer contato com detentos ou demais atores envolvidos com a Jornada.

Aqui se procura apropriar dos conhecimentos oriundos da sociologia, da antropologia, acrescentando conhecimento no campo da história, das ciências jurídicas e da administração pública para poder dissertar sobre as questões inerentes aos processos de ressocialização, políticas públicas, violência criminal, gestão social e sociedade.

Esses assuntos necessitam da junção de

diferentes conhecimentos para serem devidamente abordados. Antes que se fosse elaborada a metodologia deste trabalho, preocupou-se com as questões éticas que envolvem a pesquisa em uma unidade prisional ao se relacionar com recuperandos, voluntários, funcionários e outros atores envolvidos.

A escolha da APAC-PA se deu pela proximidade da instituição com a Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), pela facilidade de acesso a dados e informações e pelo investimento da justiça mineira no programa Novos Rumos da Execução Penal na unidade de Pouso Alegre. Outra justificativa pela escolha da unidade de Pouso Alegre se dá pelo processo de implantação da unidade da APAC em Itajubá não estar concluído.

Do ponto de vista temático, realizou-se pesquisa em banco de dados para a construção da revisão bibliográfica. Foram utilizadas as ferramentas de busca do *Google Acadêmico*, do diretório de grupos do CNPq e dos periódicos da CAPES. Encontrou-se 21 estudos sobre os temas APAC e ressocialização, abordados em diferentes aspectos, sendo oito artigos científicos, seis dissertações de mestrado, quatro monografias de conclusão de curso e três teses de doutorado que discorrem nas áreas do saber: jurídico, social, educacional, administrativo, político, antropológico, da psicologia e da música.

A leitura dos trabalhos demonstrou uma lacuna de informações que transcendam os campos citados anteriormente; faz-se necessário olhar o problema de forma interdisciplinar e focado na voz dos envolvidos. Em outros termos, uma pesquisa que aborde a visão dos atores envolvidos com o trabalho de ressocialização pode atribuir outras formas de ressignificação do papel do preso da perspectiva da política pública desenvolvida pela Associação de Proteção e Assistência aos Condenados.

Do ponto de vista ético, buscou-se evitar tensões que gerem problemas ao analisar os resultados e a conduzir a pesquisa. Ressalta-se a importância das questões epistemológicas do conhecimento e reflete sobre os cuidados metodológicos que o pesquisador deve ter ao realizar o seu trabalho⁶. Destaca-se a necessidade de se evitar a utilização de princípios metodológicos usuais, livrando-se de padronizações procedimentares e a atenção à relação entre pesquisador e pesquisado, preservando-se a simetria social, sobretudo, quando o pesquisador ocupa uma posição social superior ao do pesquisado.

Esses preceitos relatados se mostram importantes quando a pesquisa se dá em um ambiente carcerário e quando se tem contato direto com a população que ali habita. Nesse ambiente, há o que se denomina de dissimetria social e para isso cuidados foram tomados para a realização da pesquisa⁶.

Inspirou-se também nos conceitos que sugerem que a aproximação e a imersão no campo de pesquisa podem ser simplificadas com o conhecimento prévio

do ambiente a se inserir e dos sujeitos a serem estudados⁷. Isso ocorreu pelas visitas que o pesquisador realizou anteriormente na unidade da APAC com a intenção de se explorar o ambiente e ganhar a confiança dos atores sociais envolvidos.

Resultados

A partir da opinião dos atores sociais envolvidos existem diferenças entre as políticas públicas prisionais geridas pelo terceiro setor e pelo Estado quando se abordam os métodos e técnicas de ressocialização.

Um dos recuperandos disse sobre a APAC: *“Aqui estamos no céu, mais que no paraíso...”*. Em outro momento, um recuperando também falou sobre essa comparação e disse sobre o presídio comum e a APAC: *“Saímos do inferno e vamos para o céu...”*. O juiz representante da vara de execução penal da Comarca da APAC estudada também defende o trabalho de ressocialização aplicado pela APAC-PA em detrimento às penitenciárias chamadas “comuns” e diz que: *“A APAC tem mais a oferecer do que o sistema prisional comum...”*. O palestrante também comunga do mesmo otimismo dos outros atores sociais sobre a APAC e diz: *“A APAC é um presente de Deus para cada um de nós!”*.

Pelas comparações e citações feitas e pela pesquisa de campo, foi possível perceber que as liberdades ligadas à cidadania, promotoras do desenvolvimento, estão presentes na unidade da APAC-PA, e faz-se interessante elucidar que “ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento”⁸.

Entretanto, não há a percepção de que, a partir da adoção e implementação da técnica da reclusão, o enfoque da pena é dado “[...] não mais no suplício, mas toma como objeto a perda de um bem ou de um direito”⁹. Retira-se o direito do criminoso de usufruir de liberdades e ainda há “[...] complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual, expiação física, masmorra[...]”⁹.

Surgem as prisões e objeto da punição não é mais “[...] o corpo, mas a alma, o coração, o intelecto, as vontades [...]” do condenado⁹. Embora existam qualidades demonstradas pelas falas dos envolvidos, as técnicas que marcam os corpos e as “almas” dos indivíduos estão presentes na metodologia proposta pela APAC. Lembra-se que na judicialização da pena, a partir da interferência do Estado, o processo de punir é feito não somente com a intenção de se castigar os indivíduos e retirar as suas liberdades, mas o objetivo é a cura dos criminosos⁹.

Considera-se que um equívoco neste método de ressocialização proposto pelas APACs se dá pela sua elaboração por fundamentações centradas na religião. Esse fato pode gerar fundamentalismo de ordem

cristã. É um risco eminente nas APACs. Porém, os atores envolvidos com o processo de ressocialização atribuem sentidos, significâncias e significados que apontam que o trabalho da APAC é permeado por fundamentos de cidadania e de humanização do recuperando, se comparados ao sistema prisional comum.

Essa caracterização merece contrapontos para escapar da ingenuidade na reflexão sobre o método da APAC. O primeiro é o de relativizar o reconhecimento do significado atribuído pelos atores sociais envolvidos com o método, uma vez que todos os recuperandos selecionados pelo sistema judiciário ou pelos agentes da APAC têm os requisitos mínimos de adaptabilidade às intenções da ressocialização.

O segundo transcende a cidadania. Não se busca a cidadania para a pessoa que violou algum tipo legal, mas sim de converter o autor de crime em cristão, pois só em Cristo se consegue a libertação, conseqüentemente o bom convívio social e em sociedade. O temor a Deus é que ressocializa.

O terceiro é a que a dignidade da pessoa humana passa pela convicção e caridade cristã. Sem a aceitação das dualidades “bem e mal”, “dar e receber”, “aqui se faz aqui se paga”, “fazer o bem sem saber a quem”, há um sistema de crença que incute no indivíduo a noção de culpa, fracasso, sofrimento, inferno e a infelicidade da família de muitos pelos atos à margem da ordem ou criminais que o recuperando cometeu.

Discussão

As diferentes abordagens do desenvolvimento

Nos primórdios do pensamento econômico, o crescimento das riquezas era enleado ao desenvolvimento, como demonstraram os autores clássicos Schumpeter e Adam Smith ao analisarem em suas obras o crescimento econômico e as transações comerciais. Na pós-modernidade, esse pensamento se torna raso ao analisar o desenvolvimento, já que a compreensão desse tema, a partir do prisma econômico, não conseguiu solucionar os entraves contemporâneos, como os problemas de ordem ambiental, política e social.

Com uma proposta que transcende esse contexto, apresenta-se uma noção de desenvolvimento como ampliação de liberdades substantivas e ganhos de cidadania⁸. Para o autor, o desenvolvimento deve transcender a acumulação de riquezas e o crescimento de indicadores econômicos. Entende-se que não podemos “[...] desconsiderar o crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele”⁸.

Outra razão apontada considera a liberdade como elemento do desenvolvimento e trata que a

liberdade não é “[...] apenas a base da avaliação de êxito e fracasso, mas também um determinante principal da [...] eficácia social”⁸.

Em termos de superação das desigualdades e da pobreza, também parte de abordagem semelhante quando destaca que “[...] os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material”¹⁰. Para o autor, o crescimento econômico é necessário, mas não primordial para que se atinja uma qualidade de vida melhor para todos.

Desse modo, a proposta aqui é pensar para além do desenvolvimento econômico, mas não o ignorar por completo, concentrando o pensamento em alternativas de desenvolvimento dentro da sociedade pautada no modo de produção capitalista. Vale lembrar que “[...] a insegurança econômica pode relacionar-se à ausência de direitos e liberdades democráticas”⁸.

Na ideia de abordar o desenvolvimento como promotor de liberdade, disserta-se que “o êxito de uma sociedade deve ser avaliado [...] segundo as liberdades substantivas que os membros dessa sociedade desfrutam”⁸. Para o autor, quanto mais liberdade os membros da sociedade adquirem, maior a possibilidade de essas pessoas cuidarem de si mesmas, influenciarem o mundo e assim auxiliarem no desenvolvimento da região na qual estão inseridas.

Esse conceito de liberdade substantiva remete, de modo íntimo, ao conceito de cidadania deliberativa e os papéis instrumentais da liberdade são ampliados, citando também “facilidades econômicas, liberdades políticas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora” como inter-relações influenciadoras do processo de desenvolvimento⁸.

Desenvolvimento que aqui, nesta proposta, associa-se à ampliação de cidadania e liberdades vinculadas à dimensão do social e que, para serem asseguradas, necessitam de sinergia entre Estado e Sociedade em um trabalho conjunto, no qual “[...] necessitamos de um Estado e uma sociedade que sejam amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas”⁸. O autor também afirma que o “desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhora da vida que levamos e da liberdade que desfrutamos”⁸.

Complementa-se que o “[...] desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos[...]”⁸. Negligência que aqui é abordada quando o Estado repassa a gestão de penitenciárias para a iniciativa privada no papel das APACs. Para que a sociedade contribua para esse processo, pode-se agir em parceria com o Estado por meio da Administração Pública eficiente com a presença das instituições, associações e organizações não governamentais que

podem contribuir para a ampliação e consolidação das liberdades individuais.

Corroborando essa ideia, não se podem concentrar esforços para o desenvolvimento somente nos detentores do poder. É preciso que a discussão sobre o desenvolvimento seja ampliada, acatando a participação popular que “[...] não é uma bobagem farisaica”⁸. O autor indica que a “[...] ideia de desenvolvimento não pode, com efeito, ser dissociada dessa participação”⁸.

As políticas públicas como ferramentas do desenvolvimento

Um dos motores que propulsionam o desenvolvimento, dentro da administração pública se dá pelo fomento de políticas públicas que são abordadas de duas diferentes perspectivas. A primeira ocorre pela abordagem estadunidense que demonstra o surgimento da discussão das políticas públicas (*Public Policies*) a partir da ciência política no mundo acadêmico e sem nenhuma conexão com os conceitos teóricos do papel do Estado, ao se atrelar diretamente as ações do governo.

A segunda abordagem se caracteriza pela versão europeia, com a ênfase francesa, que demonstra o nascimento das políticas públicas a partir das teorias que explicam os papéis do Estado e do governo, como promotor de Políticas Públicas (*Politiques Publiques*)

Já as políticas públicas podem ser definidas como o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa a dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público.

De uma maneira mais resumida, define políticas públicas como a área do conhecimento que tem o ideal de colocar o governo em movimento, estudar ações e, se possível, buscar mudanças no caminho destas ações¹¹. Assim, as políticas públicas podem ser percebidas como políticas formuladas por Estado e Sociedade¹². Mas questiona-se: como as APACs, entidades privadas sem fins lucrativos, gerenciam políticas públicas prisionais? A partir da abordagem das políticas públicas multicêntricas essa questão pode ser respondida¹³.

Segundo o autor, se existe um problema público a ser enfrentado, não importa a natureza jurídica de quem formula a política pública que soluciona esse problema público. Além disso, esse cenário se ampliou a partir da reforma do Estado e pela “necessidade de novas formas de gerenciamento da coisa pública”¹⁴.

Em meados dos anos 90, quando foi proposta a reforma do aparelho do Estado Brasileiro, buscava-se otimizar o Estado, tornando-o menor, mais eficiente e com um atendimento efetivo para as demandas dos

cidadãos¹⁵. Sabe-se que existem falhas de gestão tanto no Estado como no mercado e aqui se reafirma que não cabe tensionar qual serviço é melhor: o público ou o privado.

A proposta é mostrar que essa reforma teve como objetivo reduzir o tamanho do Estado, limitando suas funções e ampliando o seu poder como apoiador de “organizações públicas não-estatais para a realização de atividades nas quais externalidades ou direitos humanos básicos estejam envolvidos necessitando serem subsidiados [...]”.

As organizações públicas não-estatais surgem para atuar em lacunas deixadas pelo Estado e seus trabalhos são permeados pelo diálogo entre três atores e legitimam sua atuação: Estado, mercado e sociedade. As organizações públicas não-estatais são públicas ao se dedicarem ao interesse público e não visarem o lucro, e “não-estatal” porque não compõem o aparelho do Estado¹⁵. Vale ressaltar que “o termo público pode ser entendido como relativo àquilo que é ‘de todos e para todos’, à ‘coisa pública’ (*res publica*) e ao ‘interesse público’”¹⁶.

A atuação da APAC, ao gerir penitenciárias, é tratada, na visão do autor, como serviço não exclusivo do Estado, no qual o Estado subsidia as atuações das APACs e repassa o controle desse serviço para a sociedade civil.

Desse modo, é aberta uma brecha para a atuação de organizações do terceiro-setor, aqui organizações públicas não-estatais, em lacunas nas quais o Estado, em sua nova configuração mínima, não atua. O terceiro setor é formado por organizações sociais com características que não se relacionam com as organizações públicas ou privadas¹⁷. Mas para o surgimento, a implementação e a atuação dessas organizações, há a dependência de uma sinergia entre Estado, mercado e sociedade a partir de uma configuração chamada Gestão Social.

Sendo assim, compreende-se como gestão social de políticas públicas um processo gerencial dialógico em que a concepção, a elaboração, a implementação e a avaliação de políticas é compartilhada entre os participantes da ação no âmbito da esfera pública, na qual todos têm o direito à fala sem nenhum tipo de coação e tomam as decisões de forma democrática¹⁷. Isso será cada vez mais possível à medida que a sociedade assuma responsabilidades de gerenciar os negócios públicos imersa neste espaço de discussões denominado espaço público¹⁷.

No conceito de espaço público, o Terceiro Setor se posiciona como intermediário nas relações entre Estado, Sociedade e Mercado e, assim, deve ser a representação desse espaço na sociedade, uma vez que engloba as relações entre o econômico e o político, o público e o privado, e se apresenta como substancial à democracia, que, enquanto princípio organizativo, justifica o interesse público pela questão social¹⁷.

Nesse íterim, destacam-se os ambientes de tensões que se baseiam em interesses, relações e necessidades dos indivíduos, basicamente “tais tensões manifestam-se principalmente nas relações entre o mercado e a esfera pública; entre o mundo uniforme das organizações e o mundo plural abordado pela comunidade; entre o mundo formal das organizações estruturadas e a informalidade pela comunidade e seus valores”¹⁷. O denominado espaço público pode se configurar conforme os atributos existentes de modo que haja uma convergência aos interesses da sociedade.

Contextualização das prisões

As punições para os criminosos, com a utilização de tortura, flagelamento, decapitação e o suplício, percorrem a história da humanidade há séculos. Exemplos clássicos, com a utilização de torturas que resultaram em mortes como forma de punição, ocorreram na revolução francesa, nas duas grandes guerras mundiais e em inúmeras ditaduras pelo mundo. A punição no viés da agressão ao corpo permaneceu recorrente por séculos e a partir do século XIX, “[...] desapareceu o corpo como alvo principal da repressão penal”⁹.

Nesse movimento de abandonar o corpo como alvo da repressão penal e deixar de lado as técnicas de flagelamento, entra em cena a punição pelo castigo. A partir da adoção e implementação da técnica da reclusão, o enfoque da pena é dado “[...] não mais no suplício, mas toma como objeto a perda de um bem ou de um direito”⁹. Retira-se o direito do criminoso de usufruir de liberdades e “[...] complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual, expiação física, masmorra [...]”⁹. Surgem as prisões e objeto da punição não é mais “[...] o corpo, mas a alma, o coração, o intelecto, as vontades [...]” do condenado⁹.

Todo esse aparato montado para punir não tem mais como objeto da punição o corpo, tem um objetivo. Na judicialização da pena, a partir da interferência do Estado, o processo de punir é feito não somente com a intenção de se castigar os indivíduos e retirar as suas liberdades, mas o objetivo é a cura dos criminosos⁹.

Nesse cenário, o “Estado passa a deter, de forma cada vez mais intensa, o papel principal na organização da sociedade”¹⁸. Papel que é consolidado pelos mecanismos de controle do Estado e também pelas instituições estatais. Entre diversas instituições do Estado, o presídio se faz exemplo. Essas instituições do Estado “[...] atuaram como lugares limitadores de excessos corporais e, dentre suas várias funções, ficaram responsáveis por socializar somente expressões corporais permitidas”¹⁸.

Dentro desse escopo, os presídios surgem sob a tutela do Estado a partir da necessidade de se retrainar os indivíduos e inseri-los na sociedade de

mercado. A busca, por meio de heterogêneas técnicas de ressocialização, é pela cura do indivíduo.

Com o advento das ciências, a interdisciplinarização da pena é modelada com base em pareceres de médicos, psicólogos, educadores e juízes e a quantidade de estudos que debatem essa problematização se mostram relevantes na atual sociedade que necessita lidar com inúmeros entraves referentes às questões dos problemas sociais e da gestão das penitenciárias⁹.

As associações de proteção e assistências aos condenados e a ressocialização

Com o ideal de estabelecer melhores condições de cidadania para os presos do presídio de Humaitá e inspirado nas ações da Pastoral Penitenciária⁴ e no Movimento de Cursilhos de Cristandade, foi criada por Mário Ottoboni e um grupo de voluntários, a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC).

A iniciativa começou inspirada pelo Movimento de Cursilhos de Cristandade da Igreja Católica Apostólica Romana, no qual, a ajuda ao próximo baseou-se em ideais cristãos¹⁹. Nos primórdios, o trabalho deu-se na cadeia de Humaitá em São José dos Campos (SP), que vivenciava um momento de má administração, rebeliões e problemas constantes. A associação foi fundada em 18 de novembro de 1972 com o nome “Amando o Próximo, Amarás a Cristo (APAC)” que posteriormente manteve a sigla e modificou-se para Associação de Proteção e Assistência aos Condenados.

No Brasil, a APAC consiste em uma entidade civil de direito privado, com personalidade jurídica própria, dedicada à recuperação e reintegração social dos indivíduos condenados a penas privativas de liberdade. É amparada pela Constituição Federal para atuar nos presídios, possui estatuto resguardado pelo Código Civil e pela Lei de Execução Penal. Tem como finalidade promover a humanização das prisões, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena.

Além disso, seu propósito é evitar a reincidência no crime e oferecer alternativas para o condenado se ressocializar. O conceito de ressocialização está no campo do desenvolvimento das ciências comportamentais²⁰. Expressa um universo da ciência positivista do direito, a qual é refletida pela dicotomia entre ideologia e repressão. O “[...] discurso da ressocialização, que é, em seu substrato, o retreinamento dos indivíduos para a sociedade do capital”¹⁹.

Nesse sentido, o discurso dos “bons”, no alto de sua caridade, é o de pretender recuperar os “maus”. As ciências jurídicas abordam a ressocialização com o sentido de reintegração social dos detentos, mesmo que de forma moral, cívica, visando à camuflagem do castigo e da violência, que é monopólio do Estado.

Conclusão

Há diferenças entre as políticas públicas prisionais geridas pelo terceiro setor e pelo Estado quando se abordam os métodos e as técnicas de ressocialização. Entretanto, embora estejam em conformidade com as legislações vigentes no Brasil, as políticas públicas prisionais geridas pelo terceiro setor, nos casos das APACs, apostam na lógica da eficiência gerencial e motivações religiosas como técnicas de ressocialização.

Evidenciou-se, a partir de falas, dramas, arrependimentos, sentidos e angústias demonstradas pelos atores envolvidos, que o significado atribuído por eles para a associação é de valorização com o trabalho realizado de ressocialização. Esse diagnóstico foi visualizado pelos depoimentos dados nas coletas de campo que exaltam o trabalho da associação. Porém, há que se ter cautela em se executar técnicas de construção de corpos dóceis pautadas em conceitos religiosos em um Estado laico. Deve-se preservar a liberdade religiosa e de consciência na execução da pena e na elaboração das políticas públicas prisionais, mesmo que o método APAC seja uma alternativa em um sistema prisional questionável como o brasileiro.

Como sugestões para pesquisas futuras neste tema, políticas públicas prisionais geridas pelo terceiro setor, sobretudo, no viés do trabalho realizado pelas APACs, indica-se investigar parte ou todos os doze elementos que compõem o método de ressocialização sob o olhar da temática das tecnologias sociais. Consideram-se esses elementos como componentes de novas técnicas de aprisionamento frente às necessidades da sociedade atual.

Declaração de conflitos de interesses

Os autores do artigo afirmam que não houve nenhuma situação de conflito de interesse, tais como propostas de financiamento, emissão de pareceres, promoções ou participação em comitês consultivos ou diretivos, entre outras, que pudessem influenciar no desenvolvimento do trabalho.

Referências

- 1 - PIMENTA, C. A. M. Tendências do desenvolvimento: elementos para reflexão sobre as dimensões sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 10, n. 3. 2014.
- 2 - RAMOS, A. R. “*EthnologyBrazilianStyle*”. **Universidade de Brasília**: trabalhos em Ciências Sociais. Série Antropologia, v. 89, p. 1-38, 1990.
- 3 - MARCONI, M. de A.; PRESOTTO, Z. M. N. **Antropologia**: uma introdução. São Paulo: Atlas, v. 6, 2001.

- 4 - ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**: Coleção Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- 5 - PHILIPPI JUNIOR, A.; SILVA NETO, A. J. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação**. Barueri: Manole, 2011.
- 6 - BOURDIEU, P. Compreender. *In: A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 693-713, 1997.
- 7 - MINAYO, M. C. de S. *et al.* Pesquisa social: teoria, método e criatividade. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2004.
- 8 - SEN, A **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- 9 - FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 42 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2014.
- 10 - SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- 11 - SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 2045, 2006.
- 12 - HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.
- 13 - SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, v. 133, 2013.
- 14 - TEODÓSIO, A. dos S. de S.; RESENDE, G. A. Democratização de políticas sociais no Brasil: venturas e desventuras das organizações da sociedade civil. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 1, p. 177-192, 2014.
- 15 - BRESSER-PEREIRA, L. C.; SPINK, P. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. São Paulo: FGV Editora, 2002.
- 16 - KEINERT, T. M. M. **Administração Pública no Brasil**: crises e mudanças de paradigmas. 2. ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.
- 17 - CABRAL, E. H. de S. Uma abordagem normativa para a gestão social no espaço público. *In: PEREIRA, J. R.; CANÇADO, A. C.; SILVA JÚNIOR, J. T.; RIGO, A. S. (Org.). Gestão social e gestão pública*: interfaces e delimitações. Lavras: Editora UFLA, v. 1, p. 49-58, 2011.
- 18 - DA COSTA, M. R.; PIMENTA, C. A. M. **A violência**: natural ou sociocultural? São Paulo: Paulus, 2006.
- 19 - OTTOBONI, M. **Ninguém é irrecuperável**: APAC a revolução do sistema penitenciário. 2 ed. São Paulo: Cidade Nova, 2001.
- 20 - CAPELLER, W. O Direito pelo avesso: análise do conceito de ressocialização. *In: Temas IMESC, Soc. Dir. Saúde*, v. 2, n. 2, p.127-134, 1985